

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE BEM ESTAR

ANIMAL – COMBEA

Nº 04

30/06/2026

Ao trigésimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e seis, aconteceu a reunião ordinária do Conselho Municipal de Bem Estar Animal – COMBEA, de forma presencial. Estavam presentes os (as) seguintes conselheiros (as): Sabrina Pizzolo Marques (Diretoria de Meio Ambiente); Alexandre Rezende Taufembach (Ouvidoria Municipal); Vittor Teixeira (Secretaria Municipal de Assistência Social); Angela Cristina Pereira de Mello (Núcleo de Bem Estar Animal – NUBEA); Elizandra Waschinevski Rafael (Secretaria Municipal de Educação); Julia Waschinevski Plácido Innocenti (Secretaria Municipal de Educação); Tatiana de Miranda Rodrigues (APACRI); Nilda Rosso (SOS VIRA LATA); Dalva Borges Pires Donaldel (Animal ponto Com). Convidados: Marlete Simas (Unidos pelos Animais), Cíntia Lopes (Escola de Ensino Superior – ESUCRI); Marcelo Florentino (Animal ponto Com), Letícia Cardoso (UNISUL) e Luciane Veronezi (UNISUL). Dando início à reunião, a Presidente Dalva Borges Pires Donaldel (Animal Ponto Com) cumprimentou todos os conselheiros presentes e alertou sobre a necessidade de assinatura da ata e do livro de presença. Na sequência, apresentou a convidada Marlete Simas (Unidos pelos Animais), que participou ativamente dos trabalhos quando o Conselho ainda atuava como subcomissão, bem como Cíntia Lopes, representante da Escola de Ensino Superior – ESUCRI. Ainda durante as boas-vindas, agradeceu a presença do Vereador Márcio Daróz e concedeu-lhe a palavra para tratar do Projeto Animais de Raça. Em sua manifestação, o Vereador agradeceu a oportunidade de participar da reunião e destacou a importância de acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Municipal de Bem-Estar Animal – COMBEA. Ao abordar o Projeto Animais de Raça, relatou a existência de uma situação bastante complexa em determinada região do Município, onde, em razão da periculosidade do local, muitos moradores deixam de realizar denúncias por receio. Recordou, ainda, conversa anteriormente mantida com a Presidente Dalva, na qual discutiram a existência de leis municipais que permanecem

30 sem regulamentação por dependerem de atribuições exclusivas do Poder Executivo ou de
31 seu interesse. Informou, em seguida, que encaminhou o Projeto de Lei à Comissão de
32 Constituição, Justiça e Redação, buscando evitar que a proposta se tornasse apenas mais
33 uma norma aprovada sem efetiva aplicação. Como exemplo, citou a legislação que dispõe
34 sobre a proibição dos fogos de artifício, a qual, segundo relatou, enfrenta dificuldades de
35 efetivação em razão da ausência de definição quanto ao órgão responsável pela
36 fiscalização e pela aplicação das penalidades previstas. Prosseguindo, sugeriu que a
37 fiscalização do Projeto fosse realizada pelo próprio Governo, considerando a necessidade
38 de avaliação de possíveis situações de maus-tratos, bem como do acompanhamento por
39 médico-veterinário. Ao concluir sua manifestação, propôs o agendamento de uma reunião
40 com o Prefeito, Sr. Vagner Espíndola Rodrigues, ou, na impossibilidade de sua
41 participação, com o Secretário-Geral de Governo, Sr. João Batista Belloli, acompanhado
42 dos membros da comissão, ressaltando a importância de que as leis sejam efetivamente
43 fiscalizadas e cumpridas. Em seguida, ao ser questionado se o Projeto de Lei teria como
44 objetivo fiscalizar os criadores de animais de raça, esclareceu que a proposta também
45 buscava regulamentar a atividade desses criadores, estabelecendo normas relacionadas ao
46 espaço físico, ao bem-estar e à dignidade dos animais, diante da exploração atualmente
47 observada. Na sequência, a Presidente aproveitou a oportunidade para relatar exemplos
48 de situações envolvendo animais de raça comercializados em condições bastante
49 delicadas, em benefício exclusivo dos interesses das pessoas. Acrescentou, ainda, que
50 havia necessidade de uma legislação específica para proteger esses animais, impedindo
51 práticas como a reprodução forçada e outras formas de exploração. Em seguida, os
52 conselheiros aprofundaram as discussões acerca do tema, debatendo as medidas
53 necessárias para garantir a efetividade da futura legislação e sua adequada fiscalização.
54 Na oportunidade, retomaram o diálogo com o Vereador Márcio Daróz sobre o Projeto de
55 Lei de sua autoria, ocasião em que o Parlamentar prestou esclarecimentos adicionais
56 acerca da proposta, apresentou exemplos de situações vivenciadas atualmente no
57 Município e na região, bem como expôs as ações que poderiam ser implementadas pelo
58 Poder Público Municipal para assegurar o cumprimento da legislação e a proteção ao
59 bem-estar dos animais. Retomando a fala, a Presidente explicou que o Conselho. A
60 Conselheira Tatiana de Miranda Rodrigues (APACRI) retomou o diálogo sobre a Lei que

61 trata da soltura de fogos de artifício, lembrando que, no ano de 2024, foi realizada uma
62 reunião para tratar de sua regulamentação, com a participação da Polícia Militar.
63 Informou que a Lei da Ângela Melo necessitava de regulamentação e fiscalização e
64 mencionou a existência de outra legislação cujas disposições permitiam interpretações
65 relacionadas à soltura de fogos. Diante disso, lembrou que foi proposta a
66 regulamentação da Lei Ângela Melo ou a alteração dos parágrafos da outra legislação,
67 com a expectativa de conclusão em aproximadamente um mês. Contudo, ressaltou que,
68 passados dois anos, o assunto ainda não havia avançado, destacando que vinha
69 acompanhando constantemente o andamento da questão. Ao final, manifestou satisfação
70 ao constatar que o Vereador Márcio Daróz tinha conhecimento do caso. Em sua fala, o
71 Vereador explicou que para não revogar o projeto da Ângela, o mesmo seria pego e
72 colocado dentro do código de postura, para se adequar as enquadrações. Posteriormente,
73 os conselheiros agradeceram a presença do Vereador, reconheceram sua atuação em
74 relação ao tema debatido e colocaram-se à disposição para prestar o apoio necessário. Na
75 sequência, foi tratado o ponto de pauta referente à conscientização da causa animal nas
76 escolas. Os conselheiros discutiram aspectos relacionados à realização das palestras,
77 dentre eles a orientação de que não seria permitida a entrada de lanches, a definição do
78 público-alvo, sendo os alunos do Ensino Fundamental I, com abordagem mais lúdica, e a
79 duração das atividades. Ao final das discussões, ficou acordado que cada palestra teria
80 duração entre uma hora e uma hora e meia, a fim de possibilitar maior interação entre os
81 palestrantes e os estudantes. Encerrado o tema, a Presidente registrou os nomes dos
82 conselheiros interessados em colaborar com a realização das palestras e, em seguida, deu
83 prosseguimento aos demais assuntos da pauta. O Conselheiro Alexandre Rezende
84 Taufembach (Ouvidoria Municipal), apresentou o modelo do cartaz da campanha de
85 conscientização sobre maus-tratos aos animais, explicando que o material destaca que os
86 maus-tratos constituem crime, informa as penalidades previstas na Lei Federal nº
87 14.064/2020, apresenta as cinco liberdades essenciais do bem-estar animal, exemplifica
88 situações de negligência e agressão e divulga os canais de denúncia disponíveis no
89 Município de Criciúma. Ao final, o material foi submetido à análise dos conselheiros, que
90 apresentaram sugestões de adequações e acréscimos ao conteúdo do cartaz. Após a
91 realização das alterações propostas, o material foi atualizado e aprovado por

92 unanimidade, dando-se por encerrada a discussão do assunto. Após isso, a Conselheira
93 Ângela Cristina Pereira de Mello (Núcleo de Bem Estar Animal – NUBEA) exemplificou
94 como deve ser realizado as denúncias de maus-tratos e abriu-se um momento de diálogo e
95 situações já vistas pelos presentes sobre os casos. Prosseguindo, foi dado um momento de
96 fala à Convidada Letícia Cardoso (UNISUL) que deu início à sua fala apresentando o
97 Centro Médico Veterinário da Unisul em Criciúma, localizado na Avenida Gabriel
98 Zanette, 15, no bairro Ceará, exibindo a imagem da recepção e destacando o espaço de
99 atendimento. Na sequência, explicou que a estrutura contava com dois consultórios
100 equipados, salas dedicadas aos exames de Raio-X e Ultrassom instaladas na clínica. Por
101 fim, encerrou sua apresentação exibindo as imagens do Centro Cirúrgico, ressaltando a
102 ampla sala com focos cirúrgicos para a realização de procedimentos. Ao término da
103 apresentação dos slides, os conselheiros promoveram um debate acerca dos valores
104 praticados para a realização das cirurgias, bem como da importância de clínicas de apoio
105 para o atendimento e tratamento dos animais. Na oportunidade, também dialogaram sobre
106 a possibilidade de firmar parcerias com clínicas veterinárias já existentes, visando
107 ampliar a rede de suporte e fortalecer os serviços prestados à causa animal. Em seguida, a
108 Conselheira Ângela abordou questões relacionadas ao serviço de castração. Informou
109 que, em razão da atualização dos contratos e dos credenciamentos das clínicas
110 veterinárias, houve redução na quantidade de procedimentos autorizados, passando de
111 100 (cem) castrações por clínica para 60 (sessenta). Relatou, ainda, que esteve em
112 reunião com o Secretário-Geral de Governo, Sr. João Batista Belloli, ocasião em que
113 solicitou o restabelecimento da oferta de 500 (quinhentas) castrações, tendo em vista a
114 demanda existente no Município. Após prestar os esclarecimentos, a Conselheira Ângela
115 respondeu aos questionamentos dos conselheiros e sanou dúvidas relacionadas ao serviço
116 de castração, bem como à necessidade de estabelecimento de critérios para os protetores
117 de animais. Na sequência, a convidada Marlete Simas, representante da Unidos pelos
118 Animais, abordou a situação dos protetores de animais e mencionou a existência de
119 recursos remanescentes provenientes de emendas parlamentares. Diante disso, questionou
120 sobre a possibilidade de destinação desses valores para auxiliar as protetoras de animais.
121 Em seguida, o convidado Marcelo Florentino, representante da Animal Ponto Com,
122 colocou-se à disposição para realizar, em conjunto com o Conselheiro Alexandre, um

estudo mais aprofundado sobre a viabilidade da proposta. Assumindo a palavra, a Presidente destacou que o Conselho deveria concentrar seus esforços na implantação de uma Delegacia de Proteção Animal e de um Hospital Veterinário com capacidade para atendimento de média e alta complexidade. Ressaltou, ainda, que o Centro Médico Veterinário deveria contemplar a realização de castrações, exames laboratoriais e de imagem, ultrassonografias e procedimentos cirúrgicos. Na sequência, a Conselheira Tatiana ponderou que, antes da ampliação dos serviços, seria fundamental assegurar o atendimento das demandas básicas, especialmente no que se refere à oferta de castrações. O tema foi amplamente debatido entre os conselheiros, que apresentaram considerações e dialogaram a respeito. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata por mim, Isadora Rabelo Celso, que, após lida e aprovada, será assinada por todos

Sabrina Pizzolo Marques (Diretoria de Meio Ambiente):

Alexandre Rezende Taufembach (Ouvidoria Municipal);

Vittor Teixeira (Secretaria Municipal de Assistência Social);

Angela Cristina Pereira de Mello (Núcleo de Bem Estar Animal – NUBEA);

Elizandra Waschinevski Rafael (Secretaria Municipal de Educação);

Julia Waschinevski Plácido Innocenti (Secretaria Municipal de Educação);

Tatiana de Miranda Rodrigues (APACRI);

Nilda Rosso (SOS VIRA LATA);

Dalva Borges Pires Donaldel (Animal ponto Com).